

**Comunidades Remanescentes de Quilombo Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso –  
Arraias –Tocantins  
Sandra Maria Faleiros Lima<sup>1</sup>**

## 1. Introdução

As ciências sociais têm, com uma freqüência cada vez maior, debatido o tema da cultura em suas mais diversas implicações. Mas na área de educação, contudo, encontra-se ainda em um estágio inicial, mesmo sendo estreitíssimas as relações entre cultura e educação. Muito se fala sobre a importância da formação cultural, sobre a riqueza das tradições culturais de nosso país, sobre a multiculturalidade, sobre a necessidade de se recuperar e valorizar as tradições.

Estudos no sentido de conhecermos mais a cultura – ou as culturas – do Brasil é tarefa inadiável. Pensar em patrimônio histórico e cultural, bem como em cultura local é pensar em ir além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores e os saberes. Patrimônio e cultura local também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas espirituais de nossa gente, expressas a partir de seu jeito de ser e de se manifestar. E assim, a palavra transversalidade ganha novos tons e significados diante da riqueza dos conhecimentos e das tradições de nossa gente. (PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL – IPHAN - 2000).

Toda proposta curricular e todo projeto pedagógico estão enraizados em alguma tradição cultural, assim como trazem em si, mesmo que de modo implícito, uma interação ou uma visão das diferentes tradições culturais com as quais se encontra em relação. A cultura e a educação podem ser vistas como duas dimensões de um mesmo processo, que diz respeito diretamente às práticas educativas.

---

<sup>1</sup> Doutora pela Unicamp, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins – UFT, coordenadora do grupo de pesquisa interdisciplinar em educação, ambiente e cultura.

Porém quando, as questões se deslocam para temas como o preconceito e ou o racismo, ou as relações entre diferentes grupos étnicos que compõe nossa sociedade, ou ainda quando falamos sobre a desigualdade dessas relações, que não provém apenas das diferenças econômicas e sociais percebemos que não bastam simples afirmações de respeito e valorização.

Nesse sentido, não podemos deixar de falar em diversidade cultural, uma das mais fortes características de nosso país, ou mesmo deixarmos de considerar a dimensão cultural como parte da experiência de todos nós, e como parte essencial das propostas pedagógicas. Isso tudo fica ainda mais evidente quando pensamos em educação como um campo em que acontecem muitos desencontros entre o eu e o outro, enquanto um lugar de convivência entre os diferentes componentes de nossa sociedade.

A diversidade cultural está presente na escola, não porque se tornou um tema de estudo, mas porque é expressão daquilo que os próprios alunos trazem para a escola, como parte da sua história, como parte da história do país que representam. Não basta, porém afirmar essa diversidade é preciso procurar entender melhor essas presenças naturalmente diferenciadas. É preciso buscar novos elementos e, sobretudo é preciso conhecer com mais profundidade a experiência dos alunos que freqüentam nossas escolas.

Paulo Freire aponta que estes seriam os passos iniciais para se estabelecer um diálogo entre a cultura dos alunos e a cultura da escola, entre o mundo de significados dos educandos e os significados que devem orientar o processo educativo. E tal diálogo deveria orientar as propostas curriculares, cuja estruturação deve contemplar temas relacionados com riqueza e diversidade cultural que caracterizam nosso estado, o Tocantins, e o Brasil, assim como criar possibilidades de incluir a produção e os temas ligados á realidade local, ás comunidades dos alunos que freqüentam as nossas escolas.

É um equívoco pensar que a elaboração de um currículo fundamentado no diálogo com a comunidade a partir de sua cultura reduza a importância das práticas pedagógicas e a função da docência, pois, ao contrário, agregar a história de vida dos quilombolas fortalece e legitima o currículo e as práticas

educacionais. O que se visa com esta proposta é uma educação que trabalhe para a ampliação do horizonte dos alunos e seja uma ferramenta de comunicação com o mundo externo, o que o aluno muitas vezes não encontra em sua comunidade. O que visamos, de fato, é uma educação que traga a experiência humana em sua expressão local e regional, uma articulação do indivíduo com o tempo, com o seu tempo e com o passado.

Afinal, educa-se para a vida e não para manipulá-la. A finalidade da educação deveria ser a de preservar o bem maior de todo e cada indivíduo, e que poderia ser sintetizado no respeito e direito à vida.

Ao valorizar o multiculturalismo no Brasil a escola propicia ao aluno a compreensão clara de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade. Pela educação pode-se combater no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras que afastam e estigmatizam grupos sociais. O respeito às diferenças que se traduz muitas vezes em expressões multiculturais é algo que se vive, se ensina e se aprende. É trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito e pela própria constatação de que sem buscarmos conhecer de fato o outro, o que teremos é apenas uma visão dele fornecida por nossa própria imaginação.

Trabalhar a pluralidade cultural de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que se produzam cidadãos mais participantes. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação.

(...) a contribuição da pluralidade cultural irá na direção do entendimento da construção de identidade e da história, pelo conhecimento das diferentes comunidades e grupos humanos que formam o Brasil em suas próprias identidades e histórias. (PCNs - temas transversais, p. 140).

Em uma sociedade como a brasileira, desfigurada por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis. Vale dizer que cabe ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos se beneficiarem com a igualdade de oportunidades e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isso é dado o nome de ação afirmativa ou ação positiva, que compreende um comportamento ativo do Estado em contraposição à atitude negativa, passiva e limitada à mera intenção de não discriminar.

As ações afirmativas se compõe de um conjunto de ações que em articulação com outros órgãos governamentais visam formular projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados com especial atenção para as mulheres e a juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desse público nas mais diversas áreas.

A transversalidade pressupõe que o combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial passam a contar como premissas, como pressupostos a serem considerados no conjunto das políticas de governo. Uma tarefa de grande importância a ser desempenhada pelas organizações civis diz respeito à ampliação da consciência popular sobre a importância das ações afirmativas de modo a criar uma sólida base de apoio social.

Um maior estreitamento do diálogo entre os campos da educação e da história tem a vantagem de favorecer a ampliação da discussão sobre essa temática para além da adequação ou inadequação cultural dessa marca identitária, de forma a incluir a questão de sua validade pedagógica e viabilidade política no mundo contemporâneo. Não se trata da necessidade de ressignificação dos conceitos de história e de identidade, mas também, e, sobretudo, da pertinência, ou não, de manter a articulação entre os mesmos.

A discussão sobre estas questões no campo educacional evidencia o papel crucial desempenhado pela história na construção das identidades. Seu saber serve como fonte de legitimidade para a afirmação tanto das identidades nacionais como das identidades culturais.

Em pleno século XXI, em que a velocidade das transformações, as novas descobertas, o redimensionamento e ampliação dos campos de conhecimento, os novos saberes, o avanço tecnológico se faz presente e desafia a sociedade, ainda encontramos membros de comunidades afro-descendentes carentes da alfabetização que respeite a sua identidade e os seus valores. O Brasil, recentemente reconheceu a imensa dívida que possui em relação aos afro-descendentes, pois eles ajudaram a erguer essa nação.

As políticas de reparação voltadas para a educação dos negros devem garantir não só o acesso dessa população à educação e sua permanência nela, como também oportunizar aos jovens e adultos a possibilidade de serem alfabetizados a partir de sua própria cultura. Entendemos esta metodologia como aquela proposta por Freire, a de trabalhar o tijolo com o trabalhador. Assim, nosso objeto específico, nestas comunidades quilombolas, é trabalhar com suas manifestações culturais, e tal situação requer que se conheça a história dos quilombolas. Visamos com este estudo a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, pois o ensino da cultura afro-brasileira destacará o jeito próprio de ser, de viver e pensar, manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações religiosas da comunidade. Objetivamos, desta forma, evidenciar a importância da identidade de cada um de nós como sujeito, educador ou educando, da prática educativa.

A educação pública de qualidade é uma das principais vias para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Neste sentido, constitui-se em uma poderosa ferramenta para a mudança social. Tal afirmação se baseia em alguns itens: em primeiro lugar, porque a educação é o elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e para a realização da vocação do ser humano; em segundo, porque é o caminho para formar pessoas sensíveis quanto às questões que afetam a todos, e a grupos minoritários, especificamente, para a prática da liberdade e para o da cidadania; em terceiro, porque é uma das vias para a ampliação do processo produtivo e desenvolvimento tecnológico do país; em quarto, porque é o caminho para a

mobilização social, sem a qual as mudanças não se viabilizam, a modernização não distribui seus frutos e não se superam as desigualdades e a exclusão.

A política de inclusão, então, renova o direito universal à alfabetização e à educação básica concebidas como ferramentas para a democratização do acesso à cultura e aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação. Desse modo, o grande escopo desta nova trajetória é a contribuição para a promoção de igualdade entre homens e mulheres; a formação para o trabalho; a preservação do meio-ambiente e da saúde. Para que se atinja tal objetivo é necessário que se trabalhe o olhar do aluno potencial, além da re-significação do ato de alfabetizar, focando a centralidade da sua cultura e a necessidade de se conhecer as comunidades por dentro a partir do olhar dos próprios quilombolas.

O tema multiculturalismo é muito polêmico na atualidade, podendo ser abordado por variados enfoques e temáticas. Pois são inúmeras e diversas as concepções e vertentes multiculturais, pois alguns teóricos referem-se a esse fato a partir de abordagens mais superficiais sem distinguir com maior profundidade as diferentes posições ou ficam mesmo nas grandes generalizações.

Conforme afirma Silva (2000: 101):

A multiculturalidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiculturalidade estende, multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado da natureza ou da cultura, a multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico, a multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico.

A perspectiva intercultural visa promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialéticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada a construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

## 2. Arraias, berço das comunidades remanescente de quilombo Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso

A cidade de Arraias situa-se na região sudeste do Estado do Tocantins, antiga zona mineradora da capitania de Goiás durante o século XVIII. Hoje com 11.000 habitantes (IBGE, 2002) revela características únicas, pois se encontra em um território de planícies cortado por cursos d'água. Possui ruas sinuosas e estreitas, pequenas ladeiras; grandes muralhas de pedras contornam montanhas, imprimindo características únicas à cidade e sua arquitetura apresenta fortes características do período colonial.

O povoado formou-se nas adjacências de um rico filão de ouro situado no alto de uma chapada, distante cerca de três quilômetros da atual sede do Município. Fugindo de povoados decadentes e arruinados pelo esgotamento das minas ou da condição de escravidão, um pequeno grupo de negros se refugiou nas proximidades dessa aldeia, lugar que tomou o nome de Chapada dos Negros.<sup>2</sup>

O descobrimento das lavras de ouro das minas de Arraias ocorreu por volta do ano de 1739, o que significou um intenso fluxo de pessoas para a região. Em 1740, D. Luís de Mascarenhas, Governador da Capitania de São Paulo, depois de instalar a Vila Boa de Goiás, oficializou os núcleos que encontrou pelo seu caminho, como Cavalcante, Arraias e Conceição, possibilitando que tais lugares passassem a existir legalmente aos olhos da Coroa Portuguesa.

Anos mais tarde, o Capitão Felipe Antônio Cardoso, juntamente com Domingos Pires, nascidos no povoado, traçaram o arruamento da nova vila, e, com o trabalho escravo, transferiram a população que vivia na Chapada dos

---

<sup>2</sup> Ainda hoje existem, no alto dessa chapada, vestígios do primeiro povoado de Arraias. Lá encontram-se ruínas de casas, sistema de captação de água e muros de pedras construídos pelos primeiros habitantes afro-descendentes da região (CORDEIRO, 1989).

Negros para uma outra área por eles escolhida que, mais tarde, receberia o nome de Arraias.

Ao longo de quase três séculos, a população de Arraias presenciou, através das sucessivas gerações, boa parte dos acontecimentos relevantes da história brasileira, como a passagem da Coluna Prestes pela região. Em 1935, ocupava o cargo de Intendente Municipal, o Coronel Hildebrando de Sena e Silva, militante da União Democrática Nacional, que recebeu os comunistas ao som da boa música da Filarmônica “Oito de Setembro”, sob a batuta do Mestre Aniceto.

Luis Carlos Prestes e seus companheiros foram bem recebidos pelo povo do então Goiás. Assistiram à missa campal, celebrada pelo vigário Padre Emílio Pereira de Miranda, sendo convidados a tomar chá em casa de Luizinha Santa Cruz. Diante da hospitalidade arraiana, o Alto Comando da Coluna prometeu a manutenção da legalidade na cidade, muito embora existam relatos de conflitos entre os soldados comunistas e a população.<sup>3</sup>

A presença da Coluna Prestes gerou conflitos entre os soldados e a população. Muito embora tenha sido recepcionada de forma festiva, alguns fatos marcaram negativamente sua passagem por Arraias. Segundo alguns moradores, o idealismo de alguns jovens fora ofuscado diante dos saques promovidos em algumas propriedades, quando foram roubados animais que o grupo necessitava para sua jornada. Ainda segundo relatos, o grupo também havia matado gado para que se fizesse o churrasco à gaúcho, provocando, assim, uma onda de pavor na região. Algumas famílias do município tiveram grandes prejuízos, uma vez que os soldados de Prestes levaram suas tropas de

---

<sup>3</sup> Um fato interessante aconteceu na fazenda Bertioiga, município de Arraias. Seu proprietário o Coronel Joaquim Aires França achava-se à porta da casa de sua fazenda arreando sua mula, quando chegou um pequeno grupo de revoltosos, chefiado por um jovem, daqueles bons elementos dispersos, sem rumo, pelo Brasil afora. Coronel Aires, vendo aproximar-se aquele grupo, cruzou no ar sua espada da Guarda Nacional e foi dizendo: “Na minha casa, mando eu. O que deseja o senhor?” E o jovem, admirando aquela figura impávida, de um velho de cabelos brancos a mostrar tanta bravura, respeitou-o e ordenou a retirada do grupo, ficando assim livre o coronel, bem como sua família. Nem a mula levou, o que nunca dispensavam. Poucos, porém, tiveram essa sorte. Já na fazenda do Coronel Joaquim Alves Teixeira, próxima dali, outros grupos se apresentaram, queimando documentos que encontraram, matando vacas de reserva da porta da fazenda, para o fim exclusivo de aproveitarem poucas costelas para seus churrascos e ainda maltratando os que ali estavam como vigia da fazenda. Levaram todos os animais que encontraram (Cordeiro, 1989).



animais, cavalos, burros e éguas, único transporte de que dispunham, naquela região.

O município de Arraias ainda abriga diversas comunidades negras rurais e entre elas estão a Lagoa da Pedra e o Kalunga Mimoso que representam refúgios para a cultura dos afro-descendentes, tendo sido recentemente reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombo<sup>4</sup> (2004 e 2005, consecutivamente). O estado do Tocantins teve outras 13 CRQ reconhecidas no ano de 2005.

O Programa Brasil Quilombola (2004) aponta a necessidade de que se compreenda que o significado dos quilombos se traduz na reafirmação da luta pela sobrevivência e na busca da construção de uma realidade que garanta a igualdade, o convívio (com a coletividade e com a ancestralidade). Prevê, ainda, uma contraposição em relação a uma história de quase quinhentos anos de exclusão.

Ainda hoje, no imaginário nacional, os quilombos são algo do passado e teriam sido abolidos, juntamente com a escravidão, em 1888<sup>5</sup>. Quando surgem notícias sobre sua existência em inúmeros estados da federação, tal fato causa surpresa na maior parte da população brasileira. Importante modificar a relação direta que se propõe entre fuga e resistência, instaurado no imaginário corrente, quando se trata de caracterizar estas conformações sociais.

---

<sup>4</sup> O reconhecimento do território, que historicamente pleiteavam como seu, já se colocava enquanto um direito previsto no artigo de nº 68 do Ato das disposições Constitucionais transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: “*Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*”

<sup>5</sup> Apontam as autoras Schmitt, Turatti e Carvalho (2002: 2) que: “Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957). O traço marcadamente comum entre esses autores é atribuir aos quilombos um tempo histórico passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra.”

Esta falsa idéia decorreu do fato das comunidades terem permanecido isoladas ainda durante parte do século passado. Essa foi uma estratégia intencional que garantiu a sua sobrevivência como um grupo organizado com tradições e relações territoriais próprias e, por conseguinte, com direito a ser respeitado nas suas especificidades, as quais foram significativas para a construção e atualização de sua identidade étnica, cultural, territorial, reprodução física e social.

(...) os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (SCHMITT, TURATTI E CARVALHO, 2002: 3).

As CRQ's se caracterizam pelo compartilhamento de um território e de uma identidade e possuem um papel estratégico, que é o de servir como instrumento de preservação da cultura de homens e mulheres descendentes dos africanos trazidos para o Brasil. Vê-se, na prática cotidiana dessas comunidades quilombolas, que a ligação com o passado se volta para a manutenção de práticas de resistência e constante produção e reprodução dos vínculos com o passado e com um determinado lugar, por meio da coletivização dos bens materiais e imateriais.

O Programa Brasil Quilombola aponta, ainda, que CRQ's são grupos sociais, cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. É importante explicitar que quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de auto-identificação bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou a traços biológicos distintivos. A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, para sua relação com os demais grupos e para sua ação política. A maneira pela qual, os grupos sociais definem a sua própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles

mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos, religiosos e territoriais.

A existência de uma comunidade quilombola evidencia a importância dos temas transversais, essa é uma ponte de grande relevância para se fazer um resgate cultural desses grupos, evidenciando a importância de se preservar seu patrimônio e de se valorizar o conhecimento local. Estudos sobre essas temáticas podem ser uma ferramenta rica no sentido de apontar a necessidade de se integrar dois tipos de conhecimento: o conhecimento formal e o conhecimento não formal. Não faltam razões para que o estudo de uma temática como esta seja devidamente conhecida e valorizada, não apenas como matriz longínqua e referência passada, mas como parte da vida de homens e mulheres do Tocantins, e em especial da comunidade arraiana.

## 2.1 Um breve apontamento sobre as praticas cotidianas dos homens e mulheres nas comunidades remanescente de quilombo Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso

Existem poucos registros escritos sobre a história e a vida das comunidades remanescentes de quilombo Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso e a memória sobre seu passado vem sendo transmitida, principalmente, por meio da tradição oral. Na verdade como toda história antiga e que tem registro apenas na memória das pessoas, a história da origem destas comunidades apresenta visões distintas e algumas vezes, contraditórias, no que se refere a alguns de seus aspectos. Por isso surge a necessidade de evidenciar a importância de se registrar tudo aquilo que os mais velhos vêm dizendo, para que não sejam perdidas as informações e a riqueza das comunidades.

Os dados e apontamentos a serem apresentados em forma de diagnóstico são apenas iniciais, havendo, portanto, a necessidade de pesquisas no sentido de trabalhá-los em maior profundidade, no que se refere à produção da vida material e imaterial destas comunidades.

## 2.11 Conhecimentos e prática cultural cotidiana entre membros da comunidade Lagoa da Pedra

A CRQ Lagoa da Pedra, localiza-se a cerca de 33 Km de Arraias, sendo composta por 33 famílias, contando com 177 pessoas. Atualmente ocupa uma área de 80 alqueires, onde vivem da agricultura de subsistência e cultivam: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca, a cana de açúcar, a banana, a batata, hortaliças e várias plantas frutíferas, pois a terra é muito fértil. Cada família possui, em pequena quantidade, sua criação de galinhas, de porcos e de gado e o modo de trabalho, muitas vezes é o do mutirão, onde um ajuda o outro na limpa<sup>6</sup> de suas roças e principalmente na colheita do arroz. E todo esse processo é trabalho braçal, pois raramente aparecem máquinas para contribuir com o processo de arar a terra; pois elas demoram a vir e muitas vezes quando isso acontece já passou da época do plantio, em função destas máquinas serem particulares e não atenderem a grande demanda da aração da terra na região.

No aspecto da história da comunidade, muito do que é conhecido dessas comunidades vêm dos registros orais. Como aponta Rosana Antonio de Farias (2005: 26), membro da comunidade, em seu trabalho de conclusão de conclusão do curso de Pedagogia da UFT – Campus de Arraias:

(...) os dados obtidos neste trabalho foram levantados com base no que disseram a maioria dos entrevistados da comunidade. O que pude perceber é que à vezes uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Por isso eis a necessidade de estar registrando tudo aquilo que os mais velhos vem dizendo, para não deixar perder a cultura e a história da comunidade local.

Afirmou Telles (1977:36):

Lagoa da Pedra é uma comunidade rural de negros situada no município de Arraias. A formação desse município está ligada à mineração de

---

<sup>6</sup> Ato de limpar as plantações.

outro (séc. XVII e XVIII) para a qual concorreu a mão de obra escrava, o que explica em parte, o grande número de mestiços negros na sua população. A referida comunidade teve origem no início do século passado quando Joaquim Evangelista machado, um provável descendente de escravos, tomou posse de uma gleba de 500 alqueires de terra. Atualmente vivem 200 habitantes, aproximadamente, quase todos descendentes desse primeiro ancestral, seu sistema de produção ainda é o da agricultura de subsistência (...).

O nome Lagoa da Pedra originou-se do fato de existir uma lagoa com uma pequena serra de pedras no meio. Isso porque quando alguém perguntava se havia visto seus animais em algum lugar, respondiam que estavam lá na “lagoa da pedra.” Daí a origem do nome Lagoa da Pedra. Ainda hoje existe a lagoa, mas apenas no período das chuvas, pois ela não é mais perene. A serra de pedras por sua vez, não existe mais devido ao assoreamento, tendo restado apenas uma pequena pedra no local.

Em 1º de setembro de 2004, um fato significativo aconteceu na comunidade da Lagoa da Pedra, ela recebeu o título definitivo das terras e a Certidão de Auto Reconhecimento de Quilombo. Isto ocorreu com a presença de várias autoridades, inclusive da Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural de Palmares, Maria Bernadete Lopes. É importante ressaltar que foi a primeira comunidade a ser reconhecida no Estado do Tocantins.

E como disse a líder da comunidade, Dona Inácia: *“A partir daí quem leu o jornal, nos procurou, vários jornalistas, TV’s, pesquisadores, professores e alunos universitários a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) muitas pessoas desconheciam à nossa história, e hoje somos os protagonistas da nossa própria história. Pertencendo a 5ª geração de nossos antepassados negros. E agora que temos a “Associação de Produtores da Lagoa da Pedra”, registrada e tudo, almejamos, ter máquinas agrícolas, serviços de saúde, de saúde bucal, lazer, atividades esportivas, como: um campo de futebol e seus acessórios, Igreja para as orações da comunidade, pois somos católicos.”* (FARIAS, 2005: 30)

Mudanças tem ocorrido na comunidade por causa da influência que pessoas/instituições “de fora” vem exercendo sobre a população e isso pode de certo modo influenciar ou mesmo levar a modificações em sua cultura em decorrência de sua legitimação enquanto remanescentes de quilombos. Mas apesar da comunidade apenas recentemente ter se tornado reconhecida,

algumas melhorias já passaram a chegar até ela. A FUNASA, por exemplo, realizou um projeto de saneamento básico, com o qual possibilitou que hoje todas as famílias da comunidade e a escola pudessem contar com banheiros e água encanada em casa. A comunidade era abastecida de água por um poço artesiano<sup>7</sup> que tinha água salgada, sem nenhum tipo de tratamento, mas mesmo assim era a única disponível para as atividades da comunidade, para beber, cuidar dos animais, hortas e outras. A água ainda não é utilizada para o cultivo agrícola, pois a comunidade não dispõe de um reservatório de água grande o suficiente. Sendo ela retirada do poço artesiano desde 1990 através de um motor e de um compressor elétrico, até então a comunidade contava somente com um reservatório de água de 10 mil litros. Nos anos anteriores a comunidade se abastecia de água através de pequenas cisternas que recebiam o nome de cacimbas, e que eram bem profundas, com várias calçadas para que os moradores pudessem alcançar a água. E devido a grande escassez no período de estiagem, as pessoas passavam horas e horas esperando a água “minar” para poderem encher seus baldes. (FARIAS, 2005: 31)

A partir do final de julho de 2005, com o final do trabalho da FUNASA, a comunidade ganhou uma bomba elétrica e um reservatório de 10 mil litros, mas ainda não é o suficiente devido ao grande consumo de água, pois é necessário encher o reservatório cerca de cinco a seis vezes ao dia no período da estiagem. A comunidade não conta com nenhum funcionário responsável para este serviço, quem cuida é a família<sup>8</sup> que mora mais próximo do local. O tratamento da água, apesar de prometido pela FUNASA, ainda não foi realizado.

Outro benefício que a comunidade obteve, foi à linha de ônibus<sup>9</sup>, três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras). Pois antes teriam que andar a pé cerca de 3Km até o ponto mais próximo.

Apesar de toda essa dificuldade de sobrevivência e da proximidade de Arraias, bem como a existência da modernidade e o acesso às escolas da cidade, os moradores da CRQ da Lagoa da Pedra não perderam suas

---

<sup>7</sup> Aberto em 1990, pela prefeitura Municipal.

<sup>8</sup> Família do Sr. Diomar, cuida do abastecimento de água.

<sup>9</sup> Empresa São José do Tocantins – Linha Campos Belos – Depasa.

características particulares e sua rusticidade, como apontado anteriormente. Ainda cozinham em fogão caipira, entoam cantigas de roda, dançam a sússia, tem suas manifestações religiosas como: Folia de Reis e do Divino Espírito Santo, Roda de São Gonçalo, As Festas Juninas, As rezas da Ladainha em devoção a cada santo escolhido pela família; As Novenas dos Meses de Maio (Sagrado Coração de Maria), Junho (Sagrado Coração de Jesus), Semana Santa. Entre outras expressões de tradição e de cultura de seus ancestrais, permanecem praticas tais como a do uso de medicações naturais e fitoterápicas. Existe também a parteira Maria Dias, que é uma das matriarcas da comunidade tendo sido ela quem fez o parto de quase todos da comunidade e dos arredores e por isso todos a chama de “mãe Maria”. Importante salientar que todos de quem ela fez o parto estão vivos e tudo isso graças as suas habilidades e suas ervas medicinais.

Várias são as atividades que caracterizam as formas ou o modo de viver da comunidade: ainda cozinham em fogão a lenha e sua culinária é típica. Esta tem como características toda uma variedade dos bolos, tais como: o bolo de arroz, que é feito a base de fubá de arroz, que é colocado de molho a noite, sendo escorrido no dia seguinte para ser pilado, no pilão até virar fubá; o enroladinho e a peta que são feitos com polvilho da mandioca. No que diz respeito à comida diária, essa varia de família para família, a base geral da alimentação se compõe de arroz, feijão, de frango caipira, de carne de gado e de porco. As verduras vêm ganhando mais espaço na horta e na cozinha da comunidade e são verduras tais como a cenoura, a couve, o rabanete, a beterraba, o tomate, pois antes o que era mais cultivado nas hortas era somente o alho, a cebola, a alface, a mostarda e o coentro. A abóbora, o jiló, e o quiabo apareciam no cardápio somente na época do plantio das roças, assim como as melancias. Antes também existia o andu e a fava que é uma espécie de feijão, o primeiro de grãos menores e o segundo de grãos maiores que o feijão. Hoje em dia estes grãos não existem mais, nem para tirar semente, como se diz na comunidade.

A batata doce é muito utilizada, principalmente nas fogueiras de São João. A mandioca também é comum na alimentação como farinha ou então cozida aos pedaços. Essa mandioca é chamada de mandioca doce ou mansa e a de fazer farinha é chamada de mandioca amarga ou brava. A comunidade conta somente com uma oficina de fazer farinha e esta é particular, onde quem faz a farinha precisa pagar o aluguel, com seis litros de farinha ou com dinheiro no valor dos seis litros.

Existem muitos outros tipos de alimentos dos quais os membros da comunidade fazem uso, tais como: pequi, banana, laranja, manga, abacate, lima, cana de açúcar etc.

As plantas medicinais, ainda são muito usadas pelos moradores, como o boldo, a erva cidreira, folhas de laranja, manjeriço, algodão, flor de mamão, carrapicho, guiné, casca de romã, casca de angico, de ipê, paquari, manga, caju e muitas outras. De algumas são usadas às folhas, de outras as raízes e de outras as cascas, elas são utilizadas para combater a febre, gripe, má digestão, dor de barriga, dor de estômago, dor de cabeça, cólicas, ressaca entre outras. As doenças mais freqüentes na comunidade são: hipertensão, problemas de coluna ou de rins. As pessoas não sabem ao certo a razão disso, mas acreditam que seja devido ao trabalho pesado e a água salgada. A doença mais freqüente no passado era a doença de chagas.

O pouco artesanato que se faz se resume a confecção de vassouras de palha, candeias e gamelas em geral para uso local.

Uma tradição que efetivamente contribuiu para a permanência da comunidade enquanto um grupo fechado e que permanece como uma de suas características é o casamento entre membros da mesma família (entre primos), com o intuito de preservar suas origens, crenças e costumes.

Todos esses elementos apontados fazem parte das tradições culturais da comunidade e é necessário que eles sejam transmitidos aos mais jovens, pois o que se percebe é que por parte dos mais velhos existe muito medo de que a juventude não dê continuidade a estas tradições. Pois, com a chegada de algumas tecnologias, esse conhecimento fica muitas vezes deixado de lado.



Outro aspecto significativo na comunidade é a religiosidade enquanto um elemento extremamente forte, pois quase todas as suas manifestações culturais são de características religiosas. Como exemplo: a Sússia ou súça, que faz parte da roda de São Gonçalo, e que é de origem africana, trazida pelos escravos para o Brasil e é caracterizada por música agitada ao som de tambores e cuícas. A Sússia era uma das diversões dos negros nas senzalas em comemorações marcantes e também no lazer. Conta-se que a sússia era embalada em volta das fogueiras nos pousos do giro das folias. A tradição não permitia o toque físico entre os foliões e as mulheres durante o período do ofício da folia, isso porque qualquer atitude libidinosa seria profanar, ou seja, desrespeitar a presença do Divino Espírito Santo. Acredita-se que a desobediência seria punida no percurso do giro. A dança da Sússia é um rito de pagar promessa, onde abre-se uma roda, num batuque alucinante, com palmas, tambores e cantoria as mulheres com roupas de muita roda, dançam rodopiando, mal tocando os pés no chão, e assim um vai tirando o outro para dançar, uma dupla de cada vez, não somente as mulheres, mas também os homens, e até as crianças. Segundo os mais velhos, haviam mulheres que dançavam a Sússia equilibrando garrafas na cabeça. Hoje em dia ninguém mais faz isso. A jiquitaia por sua vez, é uma forma de brincadeira advinda dos tempos da escravatura. Os gestos simulam o ataque feroz das formigas pequenas e vermelhas, que são as jiquitaias. E que também dançadas junto a sússia.

Haviam também, as simpatias, como por exemplo, aquela na qual as pessoas teriam que no dia seguinte antes do sol nascer, olhar em uma vasilha com água ou então no rio, vislumbrando seu reflexo completo na água, sem poder faltar nenhuma parte do corpo. Porque caso a pessoa se olhasse e faltasse alguma parte, orelha, por exemplo, ela não alcançaria a fogueira do ano seguinte. Segundo os mais antigos isto de fato acontecia.

É importante que a escola saiba articular junto a comunidade, a importância do resgate destes valores culturais, o significado de cada manifestação a ser comemorada. De modo que para os alunos e a comunidade

em geral, fique bem clara a função educativa da história. Reforçando a importância da preservação de tradições.

A matriarca mais velha da comunidade aponta a importância da preservação da cultura quando diz que: *“é importante porque é preciso mostrar a nossa cultura, como o forró de São João ou a festa de São Pedro que é comemorado na comunidade com a fogueira dos viúvos”*.

Tem também a dança de São Gonçalo, o santo protetor das mulheres; como uma dança que se transmite há gerações e que está sendo esquecida, pois a maioria das crianças não conhece mais. É uma dança onde as dançarinas usam roupas brancas com uma fita vermelha amarrada do ombro a cintura. As mulheres usam saias, vestidos com muita roda. São cerca de 6 a 8 pares com um par de guias que são homens. E ao som do violão com uma melodia do bendito de São Gonçalo. Cada uma das mulheres usa um arco todo enfeitado com flores e velas.

Acredito ser possível apontar, que as mulheres acabam por ganhar um grande destaque na comunidade devido ao fato da maioria das manifestações serem de caráter religioso, estando elas a frente de todo o seu processo de organização.

Sabemos que a cultura de um povo não se dá apenas por meio de fatos. Ela é constituída por um conjunto de fatores que vem desde a época de nossos avós. São hábitos, costumes e respeito que é transmitido de pais para filhos, avós para netos e que devemos preservá-los. E na comunidade da Lagoa da Pedra isso não é diferente. Pois a cultura é mais que uma herança genética, ela determina o comportamento do homem identifica uma comunidade. O homem age de acordo com a sua cultura, o homem sempre se modifica, mas a cultura deve permanecer e nunca ser esquecida. A cultura é o resultado das experiências históricas das gerações passadas. As manifestações culturais podem ser transmitidas através da comunicação oral e gestos.

Portanto, valorizar e reforçar a importância dessas tradições para preservar a comunidade enquanto tal é possibilitar seus laços e vínculos

costumes e tradições, afinal foram estes que possibilitaram a preservação das características e permanência dessa comunidade atual.

## 2.12 Conhecimentos e prática cultural cotidiana entre membros da comunidade Kalunga Mimoso

A comunidade do Kalunga Mimoso, por sua vez, localiza-se a cerca de 120 km de Arraias, e, muito embora seja uma comunidade um pouco mais populosa, com cerca de 230 famílias e aproximadamente mil habitantes, sua história não se diferencia de forma radical da história da Lagoa da Pedra. No entanto, as informações relativas a ela são mais limitadas, em função, até mesmo, de seu isolamento em relação à sede do município. É possível, contudo, apontar que as comunidades evidenciam a sobrevivência da cultura afro-descendente e são seleiros para pesquisas em torno da memória dessas populações quilombolas, devendo ser atentamente estudadas, para que o conhecimento produzido possa ser voltado para a valorização das representações culturais dessas comunidades.

Mesmo estando no município de Arraias esta comunidade reconhecida como remanescente de quilombo em 2005, é considerada Kalunga. Separa-se dos Kalunga de Goiás apenas pelo rio.

Esta legitimação da comunidade enquanto remanescente de quilombo veio ainda numa hora propícia em que o governo federal estava dando muitos subsídios para populações indígenas e remanescentes de quilombos. Os kalungas se encontravam até então numa vida de subsistência, plantando para comer e levando alguns produtos como a farinha de mandioca, o couro e a mangaba para trocarem nas cidades vizinhas por tecidos, sal e outros suprimentos. O contato que eles tinham com as cidades vizinhas era comercial, entrando em contato com seus vizinhos somente para a venda ou troca de seus produtos agrícolas. A comunidade desde aquela época era muitas vezes discriminada pela sua maneira de ser, o que até hoje ainda existe.

Todos benefícios conquistados depois do processo de reconhecimento, que ainda são poucos para esta comunidade, fizeram com que a vida, e portanto a identidade étnica dos kalungas, passasse a se modificar. Marginalizados e discriminados pelas cidades vizinhas que os chamavam de feiticeiros e sujos, os kalungas hoje aparecem na televisão, são fontes de estudos universitários e ganham mais atenção do que as pessoas das cidades vizinhas. Isto tudo faz com que os kalungas se orgulhem hoje de sua identidade, e resgatem sua auto-estima. O risco é o da perda de sua identidade cultural.

Muito se questiona a respeito da origem do nome Kalunga. Várias pessoas já se detiveram a pesquisar o sentido desta palavra, procurando principalmente a sua ligação com a África, querendo provar assim que esta comunidade tem descendência africana. No Dicionário Afro-brasileiro encontra-se a palavra Kalunga como significando “o mar”, talvez numa alegoria a sua viagem para se tornarem escravos, mas também a relacionam com o sentido de “retorno”.

Mas o que diz a própria comunidade sobre a origem desta palavra? Muitos não sabem explicar de onde ela veio. Para eles Kalunga é um riacho que passa perto de uma fazenda.

Suas referencias passam a se modificar quando esta comunidade começa a se sentir valorizada por ser remanescente de quilombo. E do mesmo modo que a comunidade Lagoa da Pedra esta comunidade não perdeu suas características particulares e sua rusticidade.

Cozinham ainda em fogões caipira, suas casas são cobertas de palha, aliás a casa desempenha um papel muito importante nesta comunidade, pois é nas casas que as pessoas se reúnem. Na cozinha junto ao fogão, riem, se divertem, conversam, fumam seus cigarros de palha, preparam um café contando as novidades. As paredes da casa são feitas de adobe e o telhado de palha trançada, em geral feito pelos próprios membros da comunidade. Um problema grande na comunidade é a falta de água encanada nas casas. As mulheres precisam caminhar longas distâncias a procura de água nos riachos ou no rio. Na época das secas a água diminui dificultando ainda mais sua vida. Estas

peessoas ajudam-se entre si sempre que necessitam e sua sfamílias se compõe pelos pais, filhos, tios, primos e avós. Dentro do núcleo familiar a mulher desempenha um papel principal. É ela que cuida os filhos, busca água, lava a roupa e faz a comida e na época do plantio e da colheita ajuda seu marido na roça.

Na comunidade eles plantam arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, café e fumo. A cana-de-açúcar serve basicamente para a alimentação do gado na época das secas. A mandioca é ralada para fazer farinha. Em geral comem cuzcuz ou bolo feito de milho no café da manhã. Arroz e feijão, às vezes acompanhado de um pedaço de carne seca, compõem o almoço e a janta. Arroz e feijão nunca faltam porque eles tem suas próprias plantações. O resto é comprado na cidade, quando se tem dinheiro. Quando vem a seca e se perde a plantação por tempestades ou um solo muito seco e a população fica sem comida, o jeito é apelar para as árvores que dão castanhas.

Uma importante fonte de diversão para a comunidade são as festas religiosas. Estas festas que são o ponto culminante da integração entre os membros da comunidade. A dança também é importante como lazer. A súa é uma dança típica da comunidade kalunga, onde as mulheres giram em círculos arrastando os pés na areia. Algumas mais ousadas dançam com garrafas na cabeça. A súa é dançada tamém em festas religiosas, como por exemplo a festa da Nossa Senhora do Rosário. Eles em geral acreditam na religião católica manifestando sua fé de maneira específica, de acordo com o contexto em que se encontram, mostrando assim que mesmo uma religião universal é adaptada à identidade de um grupo. Além da fé na igreja católica eles têm suas crenças e simpatias populares. O medo da alma penada e de “habitantes” dos rios, dão mais vida ao dia-a-dia da população.

Um outro aspecto significativo para esta comunidade é a autoridade dos mais velhos, que é respeitada até mesmo pelos jovens que reconhecem sua importância na transmissão dos valores culturais. Esta distribuição de valores se dá através da tradição oral.

## 6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBERTI, Verena. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, FAPESP, 1999. p. 31-39..

Asevedo Soares, Aldo. **Kalunga**. O direito de Existir. (Questões Antropológicas e Jurídicas Sobre Remanescentes de Quilombo). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

BERTRAN, Paulo - **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN. Goiânia: UCG, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Lei 10.639 de 10 de março de 2004.

BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Abaré, 2004.

BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. DF, Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução nº1 de 17/06/2004. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno**.

CANDAU, Vera Maria. **Culturas e Educação: entre o crítico e o pós crítico**. Rio de Janeiro: DP&a, 2005.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: Da construção da Decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. **Arraias: suas raízes e sua gente**. Goiânia, sn, 1989.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

CUNHA JR, H. **Africanidades brasileiras e pedagogias interétnica**. In: *Gbàlà*. Aracaju: Saci, 1996.

\_\_\_\_\_. **Afrodscendência, pluriculturalismo e educação**. In: Educação, Sociedade & Culturas, n. 10, Porto: Afrontamento. out. 98.

FARIA, Rosana Antonio. **Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa da Pedra** – Um estudo de caso. Monografia apresentada para conclusão do curso de Pedagogia – Campus de Arraias – Universidade Federal do Tocantins. 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes , AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREIRE, Paulo **Educação como Prática da Liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 “Pedagogia do Oprimido”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

- **Ação Cultural para a Liberdade:** e outros escritos. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIRALDIN, Odair (org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, Palmas: Unitins, 2002. p. 237-286.

Guimarães, Antônio S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GUSMÃO, N. M. **Os direitos dos remanescentes de quilombos**. São Paulo: Vozes, nov-dez de 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação e realidade**, v. 22 n 2, p. 14-46.

LEITÃO (ORG). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto Sócioambiental, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Fundação Cultural Palmares**. Reflexões e propostas para uma agenda nacional anti-discriminatória e de promoção da igualdade. Brasília, 2001.

Moura, Clóvis. **Quilombos. Resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1993.  
Munanga, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. São Paulo: *Revista USP*, 1995. dezembro/fevereiro 95/96, pg. 56-63

Nascimento, Abdias do. **O Quilombismo**. Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.41-58.

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. PNPI. Brasília: **Ministério da Cultura**. 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU, FFLCH-USP, 1983.

RIBEIRO, V. M. M.et alli. **Educação de jovens e adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. Brasília: Ação Educativa, MEC, Secretaria da Educação da Bahia, 1997.

SANTOS, Luis C. **Sons e saberes**: a palavra falada e o valor para os grupos Afro-brasileiros. São Paulo: Mestrado em Sociologia, USP, 1995.

SCHMITT Alessandra; TURATTI Maria Cecília M.; CARVALHO Maria Celina P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade** – ano v - nº 10, 2002.

SILVA, Otávio Barros. **Breve História do Tocantins e sua gente: uma luta secular**. Fieto: Araguaína, Solo: Brasília: 1996.

SILVA, Petronilha B. G e. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro**. Porto Alegre: Tese de Doutorado. UFRGS, 1987.

TELLES, Maria Otília da Costa. **Produção Camponesa em Lagoa da Pedra**. Tese - Mestrado - UnB. 1977.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr.1997, p.51-71.

VELASCO ÁVILA, Cuauhtémoc. (org.). **Historia y testimonios orales**. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1996.

Vila Real, Rosolindo Neto de Souza. **Cultura e Currículo**: Um estudo da escola Kalunga. Dissertação de mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996 .